

Setor Privado: trabalhadores da ADP Brasil conquistam pagamento do quinquênio e valores indenizatórios

Cumprimento da Convenção Coletiva ocorreu após intensa negociação do Sindppd/RS com a empresa.

Os cerca de 400 trabalhadores da empresa ADP Brasil no Rio Grande do Sul obtiveram uma importante conquista recentemente: passaram a ter direito ao pagamento da rubrica quinquênio, direito previsto na CCT (Convenção Coletiva de Trabalho) do Setor Privado aqui do estado que a empresa descumpria. A ADP Brasil tem sua sede em São Paulo e, devido a este fato, aplicava a Convenção Coletiva daquele estado a todos os funcionários, inclusive aos lotados no RS – e no acordo paulista não está assegurado o quinquênio à categoria.

Esta irregularidade foi detectada pelo Sindppd/RS após trabalhadores da empresa no RS participarem de uma assembleia da campanha salarial do Setor Privado no ano passado e relatarem a situação. A legislação brasileira determina que as categorias de trabalhadores devem ser abrangidas pelos acordos coletivos negociados na base territorial onde elas exercem o trabalho e não onde ficam as sedes das empresas. ***Portanto, TODOS OS TRABALHADORES E TRABALHADORAS DE TI que exercem seu trabalho no Rio Grande do Sul devem ter assegurados os direitos e receber os reajustes salariais e dos benefícios que constam na CCT (Convenção Coletiva de Trabalho) do Setor Privado gaúcho, firmado entre o SEPRORGS (sindicato patronal) e o Sindppd/RS. Acesse a CCT 2021/2022 [AQUI](#)***

Logo após a assembleia, o Sindppd/RS acionou a ADP Brasil sobre o descumprimento da Convenção Coletiva e, desde então, dialogava com a empresa para que se ajustasse ao acordo. Em Dezembro/2021, a ADP Brasil passou a pagar a rubrica quinquênio a todos os trabalhadores e trabalhadoras que têm direito aqui no Rio Grande do Sul.

A partir deste fato, o sindicato passou a tratar dos valores retroativos para os quase 120 empregados que tinham completado pelo menos 5 anos de empresa em 30 de Novembro de 2021 (tendo direito ao primeiro ou mais quinquênios). Foi um processo de negociação longo e intenso, que no final de Abril resultou em uma proposta construída pelas partes por meio de um acordo específico indenizatório. O acordo consiste em pagar valores que cobrem uma boa parte do devido pela empresa aos trabalhadores – que já deveriam estar recebendo os quinquênios em seus ganhos – e quitar esta dívida.

A proposta foi apresentada pelo Sindppd/RS em assembleia virtual convocada nessa 5ª feira para deliberação deste grupo de trabalhadores e de trabalhadoras da ADP Brasil. Dos presentes, 85 trabalhadores aceitaram a proposta da empresa; apenas 1 pessoa se absteve na votação. Mesmo com a aprovação coletiva em assembleia, cada trabalhador e trabalhadora que quiser aderir a este acordo indenizatório terá que assinar um formulário individual para declarar sua adesão. Este formulário será disponibilizado pela ADP Brasil. O Sindppd/RS acompanhará o processo, qualquer dúvida entre em contato com o sindicato pelos e-mails ***secretariageral@sindppd-rs.org.br*** e ***secretariageral2@sindppd-rs.org.br*** ou pelo telefone **(51) 3213-6100**

Colegas da TI: esta situação enfrentada pelos trabalhadores e trabalhadoras da ADP Brasil mostra que a luta coletiva faz valer nossos direitos! O Sindppd/RS é o instrumento criado pelos trabalhadores da TI há mais de 30 anos para ajudar a

mobilizar e a organizar a luta por melhores salários, condições de trabalho, por direitos e avanços na nossa categoria.

O sindicato segue até hoje, firme e forte, na luta! Qualquer dúvida ou denúncia, entre em contato com o Sindppd/RS. Participe das assembleias das campanhas salariais e das convocações!

Vamos juntos fazer valer nossos direitos!

Sindppd/RS

Campanha Salarial 2022/2023 da Procempa terá assembleia presencial em breve

Empresa perde técnicos, e serviços importantes estão em risco!

Trabalhadores da **PROCEMPA** realizaram assembleia no início da tarde de terça-feira (3/05) para ouvir relatos da reunião que o sindicato e CT (comissão de trabalhadores) fizeram com a direção da empresa, debater temas importantes que se referem

ao projeto de desmonte da empresa de TI que a prefeitura de Porto Alegre vem "tentando efetiva"r "e tratar da Campanha Salarial. Cerca de 80 colegas estiveram presentes na assembleia virtual.

Diretores do sindicato e integrantes da CT se reuniram com a diretoria da empresa na semana anterior. No encontro, a direção "se posicionou contrária à perda dos serviços do DMAE, mas disse que não tem como evitar a perda de serviços da Secretaria da Fazenda e nem teria profissionais para realizar as atualizações previstas em lei. A direção da **PROCEMPA** também argumentou que vem buscando suprir receitas com a saída dos serviços por meio da hospedagem dos sistemas.

Em relação ao concurso público, foi dito pela direção que a empresa contratada tem um prazo de 120 dias para finalizar o processo e apresentar a lista dos aprovados. A representação dos trabalhadores cobrou em reunião, mais uma vez, sobre a enorme saída de técnicos, que são fundamentais para a garantia dos serviços, seja pelo PIA ou por pedidos de demissão. Inclusive, por esses dias, estão saindo mais dois técnicos para trabalhar em outras empresas de TI. Esses fatos reforçam que a defesa da **PROCEMPA** como empresa pública de TI "é cada vez mais importante, pois está sob risco – e tudo por conta da política do governo municipal.

Os trabalhadores debateram a situação de desmonte da empresa. Posicionamentos expressaram que frente à rápida e intensa digitalização de processos, serviços e, até mesmo, de parte do atendimento aos cidadãos, a **PROCEMPA** já vinha encontrando dificuldade em suprir toda a demanda da prefeitura municipal e dos mais diversos órgãos nos últimos anos. No entanto, a atual gestão da prefeitura, ao invés de reforçar e expandir a estrutura da **PROCEMPA** para que a empresa pública tivesse condições de atender"especialmente as principais secretarias, "vem optando por enxugá-la e por repassar os sistemas de mais alto valor para a iniciativa privada. À medida que o tempo passa, fica cada vez mais claro que o desmonte da **PROCEMPA** é

uma decisão política para atender interesses privados de empresários da área. E sem reposição salarial das perdas do último ano e do que restou do ano passado, a situação tende a piorar em relação à saída de mais técnicos.

A assembleia também tirou dúvidas sobre as mudanças no plano de cargos e o **PROCEMPA PREV.**

Em relação à Campanha Salarial, uma primeira mesa de negociação deve ocorrer em breve entre a direção da empresa e a representação dos trabalhadores. A assembleia aprovou, na terça-feira, por realizar a próxima **ASSEMBLEIA** de forma **PRESENCIAL** como forma de mobilização, no pátio da empresa, após esta reunião. O avanço da vacinação na população, aliado às práticas de cuidado que devemos manter, especialmente o uso de máscaras, permite a retomada da nossa organização e da mobilização presencial, que serão muito importantes na luta pelos nossos salários, nossos empregos e pela manutenção da **PROCEMPA PÚBLICA.**

Fique atento e agende-se para poder participar da nossa assembleia presencial! Contamos com a presença dos colegas!

Sindppd/RS

No RS do South Summit, muitos trabalhadores da TI ainda amargam jornada de 44h semanais

Ajude a divulgar! Curta e compartilhe este post no [Instagram](#) ou no [Twitter](#) do Sindppd/RS

Nesta semana acontece, em Porto Alegre (RS), o South Summit, um badalado evento de inovação na área de Tecnologia da Informação (TI) mundial. Pela primeira vez desde que foi criado, há 10 anos, que o evento será sediado fora da Europa.

Associações empresariais da área, empresários, governos e empreendedores estão bastante animados com as oportunidades de negócios que poderão surgir, afinal o South Summit é uma das principais plataformas mundiais de descoberta e promoção de inovação, tendo uma competição mundial de startups. Em entrevista ao [Jornal do Comércio](#), o secretário estadual do Planejamento, Claudio Gastal, apostou que o evento “colocará a cidade definitivamente na rota da inovação global e no mapa dos grandes players mundiais do setor tecnológico”.

O estado que comemora a inovação e a tecnologia é o mesmo cujas associações e boa parte dos empresários mantêm jornadas de trabalho de 44h semanais nas empresas de TI. As entidades de classe se negam a discutir com a representação dos trabalhadores, o Sindppd/RS, um acordo que reduza a jornada da categoria para 40h semanais. Algumas empresas alteraram a carga horária por meio de negociação com o sindicato ou por livre iniciativa, outras devido à pressão e à mobilização dos próprios trabalhadores. Mas um importante número de empresas

de TI gaúchas ainda insistem na jornada de 44h semanais.

A própria GetNet, considerada a primeira experiência de unicórnio brasileira e gaúcha, vendida por US\$ 1,1 bilhão ao banco Santander, apenas [adotou as 40h semanais a partir do ano passado](#), após ser vendida para o banco e com muita insistência do Sindppd/RS.

A inovação e as grandes descobertas na Tecnologia da Informação são feitas pelos **TRABALHADORES** e pelas **TRABALHADORAS** da TI. Não adianta inovar apenas na tecnologia se as práticas de produção e as relações de trabalho permanecerem exaustivas, consumindo o suor, o mental e o emocional dos trabalhadores e das trabalhadoras, que são os que produzem a TI. E em muitas vezes, ainda, com salários baixos ou sem cumprir com os direitos da categoria previstos na lei e na CCT (Convenção Coletiva de Trabalho). Se não, a inovação será apenas um discurso artificial para enriquecer alguns.

Todos e todas são prejudicados, até mesmo o RS e o setor empresarial da TI ao perderem profissionais de extrema qualidade com as 44h semanais, já que em outros estados, entre eles São Paulo e Paraná, a jornada é reduzida.

[Pela jornada de 40h semanais na TI do Rio Grande do Sul!](#)

Sindppd/RS

O discurso é de “NOVA PROCEMPA”, mas o que vemos é a velha história se repetindo

O discurso da gestão da empresa, desde o início de sua administração, era de transformar a “velha” **PROCEMPA** em uma “nova” empresa. Só que de novo, até o momento, somente as “propagandas coloridas” veiculadas nas mídias sociais de uma empresa que, na realidade, está enfrentando sérios e graves problemas.

A **PROCEMPA** vem perdendo trabalhadores de forma acelerada e já tinha uma defasagem enorme, mas apesar desta grave situação a direção demorou mais de um ano para dar os primeiros passos para a realização do concurso público. A falta de pessoal está afetando diretamente os serviços entregues pela companhia, além de sobrecarregar o seu fragilizado corpo técnico – chega a parecer que é proposital deixarem chegar a esta situação. Enquanto isso, a presidente resolve fazer um tour em Curitiba e em São Paulo, viagens estas que, até hoje, não foram explicadas.

Recentemente, saiu o Diretor-Administrativo da **PROCEMPA**, sr. Marco Antônio do Amaral Seadi, o qual teve sua primeira passagem na empresa no final de 2012 até o início de 2017. Seadi presenciou na **PROCEMPA** os piores momentos que a empresa enfrentou durante os seus 44 anos de existência, época em que o Sindppd/RS fez várias denúncias as quais, no final, todos sabem o seu desfecho. Seria interessante sabermos os motivos desta saída já que o mesmo, pelas informações até agora divulgadas, não deixou a empresa para ocupar outro cargo. Um supervisor técnico de carreira também foi substituído por um CC externo à companhia. Qual a justificativa para trazer de

fora um supervisor para uma área sensível e que tem técnicos altamente especializados?

Tentativas de comprar sistemas ultrapassados, com grandes riscos para os serviços públicos, como o GSAN e o SIGEF: o desastre anunciado na TI no Governo Melo

Reafirmamos, mais uma vez, que a gestão da **PROCEMPA** está sendo, no mínimo, omissa – para não dizer conivente – com a política de desmonte da empresa encabeçada pelo governo municipal de Porto Alegre. Três sistemas importantes de três grandes secretarias da prefeitura estão prestes a sair da empresa de tecnologia do município, sistemas do DMAE, DMLU e da FAZENDA. O que representa de perda de faturamento a saída desses três grandes sistemas? E mais ainda, podendo ocorrer novamente algo similar com a contratação do sistema SIAT há muitos anos atrás, o qual foi contratado no mercado privado e nunca foi entregue em seu funcionamento completo, gerando graves problemas para a gestão municipal. Problemas, estes, que só foram resolvidos quando a **PROCEMPA** assumiu o desenvolvimento do sistema!

Agora, estão visando a contratação de um novo sistema, dessa vez chamado SIGEF, junto ao mercado privado, em detrimento da **PROCEMPA**, empresa pública com amplo conhecimento e expertise em soluções tecnológicas para a Prefeitura de Porto Alegre. Além do SIGEF tem o GSAN no DMAE, sistema com linguagem defasada, mais caro e também em detrimento do AQCUA, sistema que estava em desenvolvimento na **PROCEMPA**. Os estudos técnicos dentro da empresa informaram que os dois sistemas, SIGEF e GSAN, não correspondem às necessidades da prefeitura e colocam em risco os serviços. Mas o prefeito Melo não recua, isso significa que os compromissos com as empresas privadas precisam ser mantidos custe o que custar!

O futuro que se avista na **PROCEMPA**, até o presente momento, é

nebuloso e preocupante. Já vimos um cenário parecido num passado não muito distante envolvendo viagens, contratações de consultorias, eventos, CCs no lugar de técnicos de carreira. Será a história se repetindo? Os trabalhadores e trabalhadoras desta grande empresa pública de T.I. não deixarão que a **PROCEMPA** regrida no tempo, é hora de lutar por sua empresa e de mostrar o seu valor e o valor da companhia!

O sindicato continuará cobrando, denunciando e, principalmente, lutando junto com os trabalhadores em defesa da PROCEMPA pública, do concurso público e dos direitos dos trabalhadores.

CT PROCEMPA e Sindppd/RS

Plantão jurídico será retomado presencialmente a partir de 28 de Abril

A assessoria jurídica do Sindppd/RS retomará, ***a partir de 28 de Abril, o plantão de atendimento PRESENCIAL na sede do sindicato***, em Porto Alegre (RS). ***Os plantões ocorrerão semanalmente nas 5^{as} feiras, das 10h às 13h.***

Endereço do Sindppd/RS: Rua Washington Luiz, 186 – Centro Histórico, próximo ao Gasômetro. Telefone: (51) 3213-6100/ E-mail: secretariageral@sindppd-rs.org.br **OU** secretariageral2@sindppd-rs.org.br

Algumas informações importantes:

Não é necessário fazer agendamento anterior. O atendimento é por ordem de chegada.

Solicita-se o uso de máscara ao adentrar nas dependências do sindicato. A sala onde acontecerá o atendimento da assessoria jurídica tem ventilação natural.

No plantão, também serão atendidas ligações dos trabalhadores e das trabalhadoras, mas a prioridade é dada a quem está presencialmente no sindicato.

A assessoria jurídica do sindicato ainda pode ser acessada diretamente no escritório da **PROJUST**. Contatos: (51) 3028-9000/ E-mail: informacoes@projust.adv.br

Para mais informações sobre o plantão jurídico do Sindppd/RS e a assessoria prestada para os trabalhadores e as trabalhadoras na TI, clique em <https://www.sindppd-rs.org.br/juridico/>

Sindppd/RS

Setor Privado: Convenção Coletiva 2021/2022 está registrada

Colegas da TI,

*A Convenção Coletiva de Trabalho 2021/2022 (CCT) está registrada junto ao Ministério do Trabalho e Previdência sob o número **RS000703/2022**. O documento pode ser acessado pelo sistema mediador do órgão.*

Também disponibilizamos o documento em PDF clicando [AQUI](#) e na seção [“Acordos e Convenções > Particulares”](#) no site do Sindppd/RS.

As empresas que estão descumprindo a CCT 2021/2022 devem pagar **IMEDIATAMENTE** os valores devidos aos trabalhadores. Se insistirem em prosseguir com a ilegalidade, o sindicato irá tomar as medidas legais cabíveis para fazer cumprir com a Convenção Coletiva.

Colega da TI: a CCT 2021/2022 são os nossos direitos, que devem ser respeitados. Em caso de dúvida ou se a empresa em que trabalha descumprir a Convenção Coletiva entre em contato com o sindicato pelos e-mails ***secretariageral@sindppd-rs.org.br*** **OU** ***secretariageral2@sindppd-rs.org.br***

À luta!

Sindppd/RS

ATENÇÃO: não caia no golpe pelo WhatsApp

Colegas da TI,

Informamos que golpistas estão utilizando o nome e a foto da advogada Ana Rita Correa Pinto Nakada para aplicar golpes pelo aplicativo WhatsApp. Ana Rita é advogada do escritório **PROJUST**, que presta assessoria jurídica ao Sindppd/RS e representa os trabalhadores da TI em várias ações trabalhistas movidas via sindicato.

A **PROJUST** Advogados **NÃO COBRA QUALQUER VALOR ANTECIPADO**, a qualquer título, para liberação de valores referentes a precatórios e/ou pagamentos de processos. Fiquem atentos ao receberem mensagens referentes a processos e depósito em dinheiro.

Infelizmente, já tivemos relatos de vários colegas que foram abordados por esses golpistas. Portanto, **ATENÇÃO: NÃO DEPOSITEM E NEM TRANSFIRAM QUALQUER VALOR.**

Em caso de dúvida, entre em contato direto com o escritório da **PROJUST** pelo telefone **(51) 3028-9000**.

Sindppd/RS

Sindicalize-se! Ajude a manter o Sindppd/RS na luta e na defesa dos nossos direitos!

Sindicato forte é o que tem os trabalhadores junto.

Colega da TI,

O Sindppd/RS conta com duas formas de arrecadação para se sustentar financeiramente: a contribuição assistencial (valor cobrado uma única vez ao ano no final das campanhas salariais) e as mensalidades dos trabalhadores associados.

A quantia que arrecadamos com assistencial é muito importante, ***mas são as mensalidades dos sócios que mantêm o sindicato vivo financeiramente*** para podermos mobilizar nossa categoria, organizar as campanhas salariais e defender os direitos dos trabalhadores da TI. Também são as contribuições dos sócios que mantêm a estrutura do Sindppd/RS em funcionamento (sede, gestão e atendimento administrativo, carros) e os serviços de homologações e das assessorias jurídica e de saúde a disposição de **TODOS** os trabalhadores da TI do Rio Grande do Sul.

O sócio contribui com um valor MENSAL de 1% do salário base,

que é descontado direto da folha de pagamento. Aqui no estado, somos cerca de 20 mil trabalhadores de TI. Todos são beneficiados por alguma ação do Sindppd/RS, especialmente via a negociação e a assinatura de acordos e da **Convenção Coletiva de Trabalho do Setor Privado (CCT)**, que garantem os pisos salariais, auxílios alimentação e creche e demais direitos para a categoria.

PARA SE SINDICALIZAR: preencha a FICHA DE SINDICALIZAÇÃO (neste link: <http://www.sindppd-rs.org.br/ficha.php>) e envie em PDF, junto com uma foto de um documento seu (RG ou CNH, que contenha uma foto sua), para a **Secretaria Geral do sindicato pelo e-mail secretariageral@sindppd-rs.org.br**

Entre em contato com o sindicato para tirar dúvidas, denunciar descumprimento de leis trabalhistas e dos acordos e da CCT (Convenção Coletiva), para se organizar no seu local de trabalho com os demais colegas! **Mande e-mail para secretariageral@sindppd-rs.org.br**

Para receber nossa newsletter semanal, envie seu e-mail pessoal para **imprensa@sindppd-rs.org.br**

Também estamos nas redes sociais. Siga e curta nossos perfis:

FACEBOOK: <https://www.facebook.com/sindppd/>

TWITTER: <https://twitter.com/home>

YOUTUBE: <https://www.youtube.com/sindppdrs>

A CONQUISTA É POSSÍVEL QUANDO ESTAMOS **JUNTOS!**



QUER LUTAR PELOS **SEUS DIREITOS** E CONTRA O DESMONTE E A PRIVATIZAÇÃO DAS EMPRESAS E SERVIÇOS DE TI? O SINDICATO É A FERRAMENTA PARA ORGANIZAR ESTAS LUTAS, MAS PARA ISSO PRECISA DA **SUA CONTRIBUIÇÃO**: 1% DO SALÁRIO BASE POR MÊS. É ACESSÍVEL PARA OS TRABALHADORES E UMA GRANDE AJUDA PARA FORTALECER A MOBILIZAÇÃO! **SINDICALIZE-SE!**



Homologar a rescisão no Sindppd/RS é garantir os teus direitos

Veja os riscos que os trabalhadores estão correndo ao abrir mão deste direito. No momento da demissão, peça para fazer a homologação no sindicato!

Na Campanha Salarial 2017/2019, conseguimos resistir à pressão dos empresários do **SEPRORGS** (sindicato patronal) e mantivemos a possibilidade de os trabalhadores homologarem suas rescisões de contratos de trabalho no Sindppd/RS. O **SEPRORGS** queria, de todo jeito, suspender qualquer rescisão no sindicato – o que para os trabalhadores seria bastante prejudicial, pois não são poucos os casos em que as empresas calculam errado os valores ou não o pagam integralmente, lesando diretamente os ex-funcionários.

Pela nova Convenção Coletiva de Trabalho (CCT 2017/2019), para os empregados admitidos até 10/11/2017 e com contrato acima de 1 ano, limitado a quem recebe até R\$ 4 mil, as homologações serão realizadas automaticamente no sindicato dos trabalhadores. Já na situação dos admitidos a partir de 11/11/2017, limitado a quem recebe até R\$ 4 mil, os trabalhadores precisarão enviar um email para o **Sindppd/RS** (secretariageral@sindppd-rs.org.br) e para a empresa **SOLICITANDO QUE A HOMOLOGAÇÃO DA RESCISÃO SEJA FEITA NO SINDICATO**. A partir deste pedido, a empresa é **OBRIGADA** a agendar horário no Sindppd/RS para acertar as contas.

Abaixo, respondemos a questões que os trabalhadores nos fazem constantemente, a fim de elucidar dúvidas sobre as rescisões homologadas no sindicato e a importância deste serviço prestado pelo Sindppd/RS aos colegas da TI.

Não abra mão deste teu direito! Peça para fazer a homologação no Sindppd/RS!

1) O que fazem as homologadoras do Sindppd/RS?

O ato da assistência à homologação é de fundamental importância, pois é neste momento que conseguimos verificar se os valores pagos pela empresa aos trabalhadores estão corretos. Para isso, as homologadoras conferem toda a documentação apresentada pela empresa; conferem e fazem o cálculo do TRCT (Termo de Rescisão de Contrato de Trabalho, instrumento de quitação das verbas rescisórias) e do FGTS (fundo de garantia); revisam e informam os trabalhadores de como proceder para encaminhar o seguro-desemprego; verificam todos os lançamentos e a baixa na CTPS (carteira de trabalho).

As homologadoras do Sindppd/RS ainda ajudam a separar a documentação, cuidando o que fica com o trabalhador, o que vai para o FGTS e o que segue para o seguro-desemprego, prestando assessoria de como proceder em cada caso. Elas também orientam como o trabalhador deve proceder em caso de ressalvas.

2) Quais são as principais irregularidades cometidas pelas empresas que são detectadas pelas homologadoras?

A falta de depósito no FGTS (fundo de garantia), descontos indevidos e a entrega da documentação incompleta pelas

empresas.

3) Mesmo com a Reforma Trabalhista, o Sindppd/RS conseguiu garantir a possibilidade de os trabalhadores realizarem as homologações das rescisões dos contratos de trabalho no sindicato. No entanto, tem ocorrido rescisões diretas entre empresas e funcionários, os quais procuraram o sindicato após a rescisão por suspeitarem de irregularidades. Do que estes trabalhadores reclamaram?

Nossas homologadoras presenciaram situações em que a empresa não depositou o FGTS. O trabalhador apenas tomou conhecimento disso quando foi fazer o saque (DSJC) ou quando viu o extrato detalhado (pedido de demissão).

Também já tivemos caso em que a empresa entregou todos os documentos junto, não separando o que é correspondente ao FGTS (fundo de garantia) e seguro-desemprego. Recebemos reclamações contra empresas que efetuaram descontos indevidos e as que não pagaram horas extras, comissões etc.

4) O Sindppd/RS pode rever rescisões efetuadas diretamente entre empresa e trabalhador?

Não. Conforme previsto pela Reforma Trabalhista, ao assinar a rescisão o trabalhador está quitando a dívida que a empresa tem com ele, o que depois dificultará qualquer questionamento na Justiça em relação a valores devidos e que não foram pagos. Por isso a importância de homologar a rescisão no sindicato, onde o trabalhador poderá contar com nossas homologadoras, que estão capacitadas para revisar e calcular os valores devidos, comprometerem as empresas a pagarem por meio de ressalvas nas rescisões, ajudar o trabalhador a realizar o encaminhamento ao seguro-desemprego, entre outros.

5) *Diversas empresas argumentam que é mais demorado fazer a rescisão no sindicato, que ao fazer direto com elas, o trabalhador recebe os valores mais rapidamente. É verdade?*

Não, pois o pagamento tem prazo estipulado para ocorrer (em até 10 dias após a rescisão), e temos horários disponíveis na agenda.

6) *Quais as vantagens de pedir para homologar no Sindppd/RS?*

O ato da assistência a homologação é de fundamental importância, pois neste momento é que conseguimos verificar se os valores pagos foram corretos tanto no TRCT quanto no FGTS. É na homologação que a empresa deve apresentar um roll de documentos que são de extrema importância para o referido cálculo, aos quais não teremos acesso se o trabalhador fizer a rescisão diretamente com a empresa.

7) *Se a empresa não cumprir com o desejo do trabalhador em homologar no sindicato ou em caso de coação ou pressão contra o ex-funcionário, como o colega da TI deve proceder?*

Entre em contato direto com a Secretaria Geral do Sindppd/RS pelo telefone **(51) 3213-6100** ou pelo e-mail **secretariageral@sindppd-rs.org.br** relatando a situação. Iremos encaminhar da melhor forma possível.

Colega da TI, você não está sozinho. Venha junto com o Sindppd/RS!

Sindppd/RS